

ATA 03ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO DELIBERATIVO DO IPLAN

Ao vigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, agendada para as duas horas e meia da tarde, na sede do IPLAN e transmitida via aplicativo GOOGLE MEET, realizou-se a **Terceira Reunião Ordinária do Conselho do IPLAN** referente ao ano de 2024. Estiveram presentes os Conselheiros: Engenheiro **Rafael Gustavo Mansani**, Conselheiro Titular – IPLAN; Conselheiro **Edgar Hampf**, Conselheiro Titular – Gabinete da Prefeita; **Alvício Vicente**, Conselheiro Suplente – SETUR; Secretário **Luiz Henrique Honesko**, Conselheiro Titular - SMIP; Geógrafo **John Lenon Goes**, Assessor de Projetos – IPLAN; Arquiteta **Karla Volaco Gonzalez Stamoulis**, Conselheira Suplente – IPLAN; Engenheiro **Marco Aurélio Moro**, Conselheiro Titular – AEAPG; Corretor de imóveis **Ariel Tavares**, Conselheiro Suplente – ACIPG; Arquiteta **Larissa Pickler Barbosa**, Assessora de Projetos – IPLAN; Engenheiro **Juarez Alves**, Conselheiro Titular – Dep. de Engenharia de Tráfego/SMIP. A pauta da reunião constituiu-se de: 1. Abertura e informes; 2. Aprovação da pauta; 3. Reestruturação e atividades do IPLAN; 4. Solicitação de EIV para a UNICESUMAR; 5. EIV Loteamento Morada das Águas; 6. Palavra Livre; 7. Encerramento. **1) Abertura da Reunião:** o Geógrafo John Goes deu as boas-vindas aos presentes membros do conselho, dando início à reunião. **2) Aprovação da Pauta:** A pauta foi apresentada e aprovada por todos os conselheiros presentes. **3) Reestruturação e atividades do IPLAN:** o Diretor do IPLAN, Rafael Gustavo Mansani, inicia falando que quando chegou ao setor percebeu uma certa deficiência no quadro de funcionários, e que dessa forma, reestruturou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, trazendo mais 1 estagiária e 2 arquitetas para auxiliarem nos processos. Logo em seguida, John Goes comenta que com o fortalecimento da equipe foi possível dar atenção também a outras atividades que estão previstas na lei do IPLAN, mas que estavam em stand by pelo pouco número de servidores, como a questão do monitoramento das ações do PDM, a mobilidade urbana com a cartilha das calçadas que já está sendo desenvolvida, ciclovias e a Conferência da Cidade. Posteriormente, Rafael Mansani complementa que foi possível dividir e direcionar as equipes para que o foco não fosse somente nos EIV's. **4) Solicitação de EIV para a Unicesumar:** o geógrafo John Goes inicia explicando que se trata de um projeto de ampliação da universidade, onde o primeiro projeto foi aprovado na lei anterior que não se fazia necessário o EIV, também elucida que na época o Departamento de Urbanismo ia postergando o alvará de construção de 2 em 2 anos, e que hoje em dia por conta da prefeitura utilizar o sistema do tribunal de contas não é possível renovar mais de uma vez o alvará de construção, tendo isto, o DU enviou o processo para o Conselho do IPLAN afim de ver a necessidade de EIV ou não para essa ampliação. Em seguida, o Engenheiro Luiz Honesko expõe que incontáveis vezes recebeu reclamações sobre o trânsito no local e que explica para as pessoas que na época não existia a lei do EIV, permitindo a implementação de um empreendimento em um local que não tinha a infraestrutura necessária, o que gera diversos problemas no transporte coletivo e na Engenharia de Tráfego; o Conselheiro também fala que agora é a oportunidade de corrigir esse erro. Logo após, os Conselheiros Edgar Hampf e Juarez Alves complementam que o trânsito é caótico nos horários de saída e chegada da universidade, e que já foram realizadas intervenções na Av. Visconde de Mauá, na Rua Brasil e na Rua Dom Pedro I, tentando compensar o altíssimo movimento na região. Imediatamente, Luiz Henrique Honesko fala que agora não é a hora de procurar uma solução para o problema, e sim de discutir a necessidade do estudo, para que com ele se tenha um norte do que pode ser feito para resolver a situação. Finalmente, inicia-se a votação para a necessidade de EIV ou não na ampliação da Unicesumar, onde por unanimidade é decidido que é necessário sim o Estudo de Impacto de Vizinhança. **5) EIV Loteamento Morada das Águas:** John Goes começa apresentando o empreendimento; pouco depois, o Conselheiro Luiz Henrique Honesko diz que é inviável aprovar mais qualquer coisa sem mexer na região, sugerindo se ter mais duas propostas de anteprojeto, validando junto ao IPLAN alguma solução urbanística de geometria, pedindo um projeto executivo como medida para o empreendimento, onde se tenha incluso a ponte, projeto de pavimentação e das rotatórias; também, informa que o projeto da ponte já está feito, porém ela não encaixa na geometria, uma vez que é necessário se ter um raio de giro para os caminhões, esse que não é suficiente para que eles passem pela segunda ponte, não se tratando então de um ajuste de projeto pois o mesmo não funciona, e sim da elaboração de um novo. Em seguida, o Conselheiro Marco Aurélio Moro indaga que o empreendedor já propõe o alargamento da estrada e que na entrada para o Loteamento Lagoa Dourada II cabe uma rotatória que auxiliaria na região. Luiz Honesko volta a comentar que no estudo de contagem de tráfego da região o pior se localiza no cruzamento da rua Rio Cavernoso, o que também acaba refletindo no fluxo intenso de veículos na rotatória localizada um pouco mais a baixo; ainda, propõe um macro estudo da região onde a solução

53 técnica venha do Conselho, mas o projeto executivo possa vir do próprio empreendedor, além de que já se
54 tem uma proposta de melhoria pronta e mais duas em elaboração para o problema na região. Pouco depois, o
55 Conselheiro Rafael Gustavo Mansani diz que é necessário apresentar o contexto / estudo aprovado pelo
56 município ao empreendedor, para que ele apresente um projeto certo e útil para o local. Imediatamente,
57 Marco Moro fala que para o empreendimento "Loteamento Bela Vista" que era de um porte muito maior, não
58 foram pedidas medidas dessa dimensão, e para esse que é menor estão sendo solicitadas medidas mais
59 pesadas. Rafael Gustavo Mansani responde que a comissão decidirá se as medidas estão muito custosas ou
60 não, e que os erros do passado não podem nortear as decisões do futuro, sendo necessário olhar daqui para
61 frente; ainda, pergunta para o Secretário da SMIP se a ponte resolveria o problema, Luiz Honesko responde
62 que não, diz que são dois locais que devem ser mexidos e que mexer somente em um não resolveria o
63 problema, tendo em vista que um é pior que o outro, sendo ineficaz mexer no menor e não mexer no
64 cruzamento onde gera mais impacto. Não só, John Goes complementa que pelo porte do empreendimento
65 fica complicado mexer no cruzamento debaixo devido suas proporções. Não obstante, o Diretor do IPLAN
66 Rafael Mansani comenta sobre a medida acerca das sinalizações verticais e horizontais, onde hoje em dia
67 fazem parte da lei, sendo responsabilidades do empreendimento e não uma medida compensatória /
68 mitigadora. De imediato, John Goes responde que o processo foi protocolado na lei anterior onde as
69 sinalizações não eram uma obrigação, sendo necessário nesse caso exigí-las como medida. Por fim, a SMIP
70 tirou o projeto para vistas afim de uma melhor análise das condicionantes e estratégias que sanarão o
71 problema da região. **6) Palavra livre:** o Conselheiro Marco Aurélio Moro indaga se alguém ficará responsável
72 pelas diretrizes viárias. Pouco depois, John responde que as diretrizes viárias são etapas do próprio PDM, onde
73 já existem leis aprovadas que preveem a hierarquia viária, contando também, que o recurso ainda não está
74 disponível no Sistema de Gestão Territorial – WGeo, entretanto já foi solicitada a inclusão. Logo depois, Karla
75 Volaco fala que as principais macro diretrizes viárias já estão determinadas na lei do sistema viário,
76 informando que as arquitetas do IPLAN: Julianna Pedroso Mendes e Larissa Pickler Barbosa, estão trabalhando
77 no documento enviado pelo TCE que pede uma revisão do Plano de Mobilidade; e que na questão de
78 desenvolver projetos para essas diretrizes, já foge do escopo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
79 de Ponta Grossa e passa a ser uma responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento.
80 Pouco depois, o Conselheiro Juarez Alves faz um apontamento dizendo que se tem uma dificuldade de
81 nomenclatura acerca das diretrizes, fazendo com que fuja do código de trânsito, dessa forma, estão sempre
82 em contato com o IPLAN ajustando essa nomenclatura e utilizando as diretrizes que já foram aprovadas como
83 parâmetro, ainda completa falando que os projetos partem diretamente da Engenharia de Tráfego e do
84 Planejamento. Imediatamente, Karla Volaco adscreeve que a intenção é se aproximar cada vez mais do setor do
85 Conselheiro Juarez, afim de juntos realizar uma avaliação, e se necessário ajuste, do que se está nos Planos de
86 Mobilidade e Plano Diretor. Em seguida, o Conselheiro Marco Aurélio Moro pronuncia que sua preocupação é
87 com alguns pontos cruciais da cidade, e que na sua opinião, as diretrizes já deveriam estar lançadas e
88 decretadas pela prefeita, já pedindo a desapropriação de algumas áreas se necessário. A conselheira Karla
89 Volaco pergunta se essas diretrizes viárias que o Conselheiro se refere vão além do que já está especificado no
90 PDM, e Marco Moro responde que não viu as do Plano Diretor. Então, o Diretor do IPLAN Rafael Gustavo
91 Mansani, fala que se deve esperar um pouco por conta das revisões do Plano Diretor que ainda estão na
92 Câmara dos Vereadores, e que após a aprovação dessas modificações será realizado o realinhamento dessas
93 questões. Depois, Marco Aurélio Moro comenta que é necessária uma ação mais efetiva do poder público em
94 alguns casos, como uma reintegração de posse, dando o exemplo da OAB que invadiu uma parte de um
95 terreno da prefeitura para construir um campo de futebol e um muro; também, citou o caso do Mariano
96 Atacadista que fez errado o acesso ao empreendimento e apenas ficou por isso mesmo, instaurando um caos
97 no trânsito da região. Após, o Conselheiro Ariel Tavares adiciona que o mesmo ocorre na região do Lagoa
98 Dourada II e Costa Rica, onde no período das 18h fica quase impossível a entrada e saída do bairro. Após, o
99 Conselheiro Luiz Henrique Honesko diz que foi realizado um estudo de contagem de tráfego ali na região e que
100 já está pronto um anteprojeto; entretanto, é uma solução muito difícil por se tratar de uma região que conta
101 com duas linhas férreas, uma ponte, um rio e diversas intersecções. Por fim, Marco Moro fala que o IPLAN
102 deve pensar projetos grandes, na melhor solução, e não no mais barato; ainda reintegra que a troca de
103 presidência do setor traz novos ares e sugere rever e impor algumas coisas nos novos loteamentos /
104 empreendimentos que chegarão na cidade a partir de agora. Ademais, o Conselheiro também comenta da



105 Avenida Aderly Turek onde a pavimentação da rua está quase sumindo em determinada parte, devida à má
 106 execução. Também, fala sobre a necessidade de desapropriação de área e duplicação da faixa que dá acesso
 107 ao novo Mariano Atacadista. Logo em seguida, o Conselheiro Alvício Vicente fala dos vários casos de cabos
 108 pendurados nos postes pela cidade, esses que vem causando acidentes; então, Marco Moro fala sobre um
 109 acidente que ocorreu perto ao hotel Ibis, onde a Copel foi ao local, arrumou a energia e deixou o poste
 110 destruído na calçada, indagando quem seria o responsável por essas fiscalizações. Prontamente o Conselheiro
 111 Luiz Henrique Honesko diz que seria o DU, entretanto com a estrutura que se tem hoje lá não é possível
 112 atender a esses casos, sendo necessária uma reestruturação do setor. Não só, Edgar Hampf parabeniza o novo
 113 Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, Rafael Gustavo Mansani,
 114 dizendo que o gabinete da prefeita tem extrema confiança e apoio no seu trabalho. **7) Encerramento:**
 115 o Conselheiro Rafael Gustavo Mansani agradece a presença de todos e se dá por encerrada a reunião. Ata
 116 transcrita por Gabriel Renato Pedron.

117 Alvício Vicente:

118 Juarez Alves:

119 Karla Volaco Stamoulis:

120 Luiz Henrique Honesko:

121 Marco Aurélio Moro:

122 Ariel Tavares:

123 John Goes:

124 Edgar Hampf:

125 Rafael Gustavo Mansani:

Documento assinado digitalmente



JOHN LENON DE GOES
Data: 03/06/2024 14:39:07-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente



JUAREZ ALVES
Data: 03/06/2024 14:41:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente



KARLA VOLACO GONZALEZ STAMOULIS
Data: 03/06/2024 14:58:12-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente



ALVICIO VICENTE DA ROCHA
Data: 05/06/2024 14:15:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

MARCO AURELIO MORO:64300919968
Assinado de forma digital por MARCO AURELIO MORO:64300919968
Dados: 2024.06.03 13:57:09 -03'00'

RAFAEL GUSTAVO MANSANI:02658447973
Assinado de forma digital por RAFAEL GUSTAVO MANSANI:02658447973
Dados: 2024.06.04 14:25:15 -03'00'

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA HONESKO:07740415952
Assinado de forma digital por LUIZ HENRIQUE DE SOUZA HONESKO:07740415952
Dados: 2024.06.04 14:25:15 -03'00'

ARIEL RIBAS TAVARES:00913814954
Assinado de forma digital por ARIEL RIBAS TAVARES:00913814954
Dados: 2024.06.04 14:25:15 -03'00'